

LUGARES DAS MULHERES: A PERCEPÇÃO DAS MULHERES SOBRE O SEU DIREITO À CIDADE

Daniela Pareja Garcia Sarmiento/a¹
Leonardo Brandão/a²

Resumo: Este trabalho é o resultado da pesquisa realizada na dissertação: “A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau/SC”, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional PPGDR/ FURB. Ele traz a reflexão sobre o direito das mulheres à cidade, frente à desigualdade de gênero em relação ao acesso e uso da infraestrutura urbana em Blumenau. O trabalho se divide em três etapas. Na primeira, busca-se identificar a percepção das mulheres como usuárias da cidade, com objetivo de levantar as principais demandas e limitações enfrentadas em seu cotidiano. A segunda segue nas análises dos depoimentos das participantes e na sistematização das demandas para subsidiar a discussão sobre o direito à cidade junto aos movimentos sociais de mulheres em Blumenau. A terceira trata dos desdobramentos obtidos nos encontros com as mulheres da pesquisa, e como o mesmo contribuiu para o movimento de mulheres de Blumenau. Foi possível apontar a relevância da questão de gênero para a elaboração de políticas públicas urbanas, pois se verificou que as mulheres utilizam a cidade de forma diferenciada. Assim, ao pensar a cidade na perspectiva das mulheres, abre-se caminho para a humanização do processo de planejamento urbano.

Palavras-chave: Mulheres, Urbanismo de gênero, Direito à cidade.

Qual é o papel da mulher na construção da cidade contemporânea? Qual relação há entre mulher, cidade e desenvolvimento regional? Como e para quem, historicamente, foram planejadas as cidades? Seria possível pensar a cidade a partir de um prisma feminino? Em que medida se daria as demandas sobre o viver na cidade, respondendo às percepções e necessidades da mulher? É a partir desse conjunto de questões envolvidas pela tríade mulher-cidade-desenvolvimento que a construção desse trabalho se faz. Sua base teórica está fundamentada pela obra da arquiteta e feminista Terezinha de Oliveira Gonzaga, que há mais de 30 anos contribui com seus estudos e luta junto aos movimentos sociais de mulheres na cidade de São Paulo e chama a atenção para a relação que se dá de forma quase invisível, porém bastante relevante, que é a relação da mulher e o desenvolvimento das cidades.

A discussão e luta pela inclusão das demandas das mulheres não é recente e vários autores reclamam e abordam essa temática com a finalidade de contribuir com a reflexão acerca das transformações urbanísticas. São vários aqueles que buscam na história da evolução urbana e do espaço público refletir sobre a contribuição da mulher na formação das cidades, no processo de urbanização e industrialização (SANTORO, 2008).

¹ Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo FURB – Universidade Regional de Blumenau, mestre pelo PPGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional /FURB. Blumenau, Brasil.

² Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional PPGDR/FURB – Universidade Regional de Blumenau, líder do Laboratório de Estudos Contemporâneos – LEC. Blumenau, Brasil.

O Brasil é uma das dez maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, um dos quatro países do mundo com maior concentração de riqueza e desigualdade social. Essa desigualdade atinge em especial as mulheres, que são a maioria da população brasileira, mais pobres que os homens, ganham menores salários e assumem maiores responsabilidades, acumulando as tarefas do trabalho com os cuidados familiares e os afazeres domésticos. A Organização das Nações Unidas (ONU) traz a informação de que a cada 100 proprietários, apenas um é mulher. No universo financeiro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da ONU, relata que as mulheres exercem três quartos do trabalho e da produção de riquezas no mundo e recebem apenas a quarta parte. No Brasil, as mulheres recebem 70% dos salários ganhos pelos homens, tendo quase o dobro do nível de escolaridade (GONZAGA, 2004). Esses dados demonstram a desigualdade em que vivem as mulheres, e, com isso, faz sentido seu destaque na luta pela universalização dos direitos sociais, civis e políticos.

O fato é que as mulheres estão inseridas na luta pelas cidades, porém diversos trabalhos enfatizam que as mulheres ainda ocupam uma posição secundária nesta questão. Desta forma, é necessária uma reflexão crítica acerca da prática da arquitetura e do urbanismo na construção do modelo atual de cidade e sua capacidade de incluir a todos. Como afirma o arquiteto espanhol e professor da Escola Técnica de Ensino Superior de Barcelona, Josep Maria Montaner, atualmente a estrutura urbana se mantém e se transforma com prioridade para atender a demanda do capital e as prioridades masculinas, considerando que a cidade é desenhada para atender o fluxo dos homens, em idade média, no auge de sua capacidade produtiva, com trabalho estável e bem remunerado que lhe permite ter carro, deixando as demandas das mulheres, jovens, idosos, crianças e deficientes físicos à margem das prioridades do investimento público. Essa lógica de desenvolvimento excludente pautou o desenho das cidades ao longo dos séculos XIX e XX (MONTANER; MUXI, 2014).

Diante dessa problemática levantada, uma hipótese pode ser iniciada fazendo uma analogia entre a maneira pela qual o espaço urbano foi construído e o modo pelo qual o papel da mulher foi estruturado. Ao considerar que em ambos os casos, o que foi construído pode ser desconstruído, é possível pensar que a invisibilidade histórica que envolveu a participação da mulher na construção do território pode ser revisada, permitindo que se lance uma nova construção, pautada na visibilidade e protagonismo da mulher em defesa de suas demandas na cidade.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento que precisa ser revisto, considerando os dados levantados em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) onde este aponta

que a população brasileira se constitui em sua maioria de mulheres. Outro dado importante é o aumento de 38,6% de famílias que possuem a mulher como responsável pelo seu provento. Esse número se altera para 39,3% quando as famílias vivem em área urbana e diminui para 24,8% para famílias que vivem em área rural. Diante desses fatos, percebe-se como o papel da mulher se altera diante das mudanças de representatividade social e influência econômica.

Se, ao identificar que, historicamente, os espaços construídos não contemplam as necessidades das mulheres como sujeito de seus destinos, ele deve ser revisto. E para que essa revisão possa acontecer, o Estado democrático e de conteúdo social é a principal instância a que a sociedade e suas organizações devem se dirigir, a fim de que a população feminina, que corresponde a mais de 50% da população nacional, seja ouvida e participe.

Compreender o papel do Estado democrático como referência principal para atender as demandas sociais, traz um alerta sobre a nova ordem econômica mundial pela invasão do pensamento neoliberal e pela redução do Estado. Dessa forma, a tensão aumenta e piora a condição da mulher, uma vez que as mulheres acumulam a segregação de classe social e a segregação por sexo. Diante deste fato, reforça-se a necessidade de tomada de consciência desta vulnerabilidade e a importância de se organizar, enquanto força política, para ter condições de ocupar espaços políticos e participar da gestão das cidades, pois trata-se de direito garantido pelo Estatuto da Cidade assim como pelos organismos de políticas públicas para as mulheres.

A busca por alternativas para o desenvolvimento urbano e novos modos de usar e participar da cidade é o desafio que se coloca, pois mesmo com o Estatuto da Cidade são poucos os municípios que conseguiram incluir de forma estratégica a questão de gênero em suas políticas urbanas, já que a maioria dos municípios brasileiros ainda tem suas políticas urbanas como uma representação ideológica que não reflete a demanda da cidade real, sua diversidade de classes sociais, gênero, cores, faixas etárias, orientação sexual e deficiência física. Um exemplo são os planos diretores, em que a maioria se atém às dimensões estruturais, deixando de apontar propostas de ação, políticas setoriais e transversais que venham melhorar o habitat, assim como o desenvolvimento social e econômico (GONZAGA, 2004).

Diante desta realidade, o trabalho traz como tema o desenvolvimento urbano pautado na experiência, percepção e demandas das mulheres na cidade de Blumenau, para compreender a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento urbano inclusivo e para todos. Para a realização desta pesquisa, as seguintes perguntas nortearam o trabalho: Como ocorreu a

participação da mulher no processo de urbanização de Blumenau? Atualmente, quais são as demandas e percepções acerca da cidade de Blumenau pela ótica da mulher?

Como objetivo, buscou-se identificar e promover uma reflexão sobre a inclusão das necessidades das mulheres na pauta de discussão sobre o desenvolvimento urbano de Blumenau, além de debater as possibilidades de construção de uma nova cultura para o habitar na cidade contemporânea.

No desenvolvimento desta pesquisa foram articulados conhecimentos multidisciplinares, com ênfase nas áreas de desenvolvimento regional, antropologia urbana, arquitetura e urbanismo, história, ecologia e sociologia, tendo como enfoque a participação e interação das mulheres com suas experiências no cotidiano da cidade, considerando a vida doméstica, trabalho, lazer, relações públicas e privadas, para promover uma análise da dimensão humana no território.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa feita com o intuito de conhecer o funcionamento dos lugares da cidade que trazem uma compreensão do espaço urbano através da perspectiva das mulheres. Marta Román afirma que a participação cidadã pode ser incorporada como ferramenta no processo de planejamento urbano e cita como referência os Ateliês do Futuro, EASW (European Awareness Scenario Workshop), mesas de planos, dentre outras metodologias. Para o sucesso dessas metodologias, a autora sugere o envolvimento de uma ampla diversidade cultural dos participantes, para se obter informações que possam demonstrar as diversas percepções do modo de viver, aprender, construir e interagir nos espaços da cidade (ROMÁN; VELÁZQUEZ, 2008).

A opção pela pesquisa qualitativa se dá porque ela permite incorporar os significados e intencionalidades do sujeito relacionado a seus atos, às suas relações e às estruturas sociais que são adotadas tanto no seu universo particular quanto na sua capacidade de transformação como construções humanas (MINAYO, 2007). Dessa forma, a pesquisa qualitativa permite extrair desse convívio os significados latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (CHIZZOTTI, 2010). Nessa perspectiva, a pesquisa aplicada esteve pautada na subjetividade, na experiência, no afeto e nas relações cotidianas dessas mulheres com Blumenau. As etapas da pesquisa foram divididas em três exercícios, a saber: bibliográfico, documental e diagnóstico participativo.

Quanto à realização da pesquisa documental proposta, esse se deu no âmbito analítico/bibliográfico e empírico/analítico. O estudo documental e bibliográfico teve a intenção de identificar a existência de políticas urbanas pautadas em questões que sejam relevantes para inclusão das mulheres no cotidiano do uso da cidade com igualdade de acesso e cidadania. Esse

exercício foi realizado através do estudo de documentos criados por instituições que trazem recomendações para nortear políticas urbanas que consideram a questão de gênero com ênfase na demanda das mulheres. Foi considerada para essa fase, a análise do processo participativo com enfoque no urbanismo de gênero realizado na cidade de Santo André, no estado de São Paulo.

A fase para promover o diagnóstico participativo através de diálogos e interação entre as mulheres que participaram da pesquisa teve como suporte teórico o método desenvolvido pelo grupo Colletiu Punt 6, coordenado pela Arquiteta e Urbanista feminista Zaida Muxi, professora da Universidade de Barcelona, utilizando como base o livro “Espacios para la vida cotidiana: auditoria de calidad urbana com perspectiva de gênero” da autora feminista Adriana Ciacoletto, também integrante do coletivo Colletiu Punt 6. Essa metodologia se posiciona com base no pensamento feminista, o que permitiu perceber a aplicação transversal da perspectiva de gênero nas análises urbanas, tanto para detectar o funcionamento e eficiência do espaço como para sua aplicação como estratégia de gestão urbana e definição de políticas públicas. A partir das análises que integram os aspectos sociais, físicos e funcionais foi possível identificar as principais demandas e expectativas pautadas na experiência coletiva entre diversas mulheres que participaram da pesquisa.

A pesquisa foi estruturada a partir da participação de dois grupos de mulheres, com realidades socioeconômicas e vivências espaciais distintas. Desta forma, foram realizados encontros com moradoras de bairros periféricos da cidade de Blumenau, incluindo os condomínios residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida, e participantes de movimentos e coletivos de mulheres de Blumenau. Para promover o diálogo e a interação entre as participantes foram utilizadas diversas técnicas sugeridas pela metodologia de Ciacoletto (2014). A escolha desses diferentes perfis de mulheres trouxe diversidade de realidades, experiências e vivências com a cidade de Blumenau.

A partir dos resultados e desdobramentos desencadeados nos encontros com as mulheres que participaram da pesquisa, foi possível sistematizar as principais demandas levantadas, tendo como resultado o documento “Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau” que foi lida e protocolada durante a realização da sexta Conferência Municipal das Cidades, realizada em 04 de junho de 2016 na cidade de Blumenau, encontro este que trouxe como lema central “Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas” tendo como objetivo identificar os problemas enfrentados na cidade e buscar, de forma participativa, soluções para ampliar e garantir o direito à função social da propriedade e garantir a qualidade de vida nas cidades.

Neste evento o conteúdo da carta foi debatido e protocolado para ser encaminhado para o processo de Revisão do Plano Diretor de Blumenau e para a Conferência Estadual das Cidades. Cabe ressaltar a ampla participação do movimento de mulheres neste encontro da Conferência Municipal das Cidades, e o número expressivo de mulheres eleitas como delegadas para acompanhar o processo da discussão sobre a cidade na Conferência Estadual das Cidades, prevista para acontecer no segundo semestre de 2016, porém esta Conferência Estadual não aconteceu.

Sobre a relevância teórica deste trabalho, cabe justificar a importância de estudos como este no sentido de aventar possibilidades de novas configurações de cidades como decorrentes da participação da mulher e suas demandas, aprofundando também o conhecimento sobre as situações vividas pelas mulheres na cidade nos últimos anos. Além disso, no que se refere à Santa Catarina, não foram localizadas obras de referência sobre a questão da mulher no planejamento das cidades. Esse fato fortalece a necessidade de iniciar o debate.

O tema possui relevância prática por inserir o debate sobre o papel da mulher na construção da cidade de Blumenau na pauta do movimento de mulheres, através da discussão sobre a realidade vivida por elas em seu cotidiano com a cidade. Quanto ao debate sobre políticas urbanas, o exercício de pesquisar referências sobre a inclusão das demandas de gênero no planejamento urbano, permitiu ter um parâmetro para a construção de soluções locais de políticas afirmativas mais amplas. Por fim, ao historicizar o lugar das mulheres na cidade, cria-se a base para discussão e visibilidade sobre seu papel e participação no cotidiano da urbe, trazendo à luz suas angústias, demandas e contribuições.

O olhar da experiência da mulher sobre a cidade construída tende a uma adequação do entorno construído a fim de melhorar a igualdade de oportunidades no uso e no aproveitamento. [...] isso implica tornar visível as necessidades de todos aqueles que não são levados em consideração pelo pensamento dominante (MONTANER; MUXI, 2014, p. 207).

Essa afirmação de Montaner aponta a necessidade de se pensar a cidade sob a ótica da mulher como sendo uma alternativa de incluir a todos. Com isso, tem-se uma ideia de desenvolvimento regional na perspectiva da inclusão dos sujeitos no processo de construção das cidades através de um urbanismo que seja capaz de trazer luz à diversidade e valorizar a participação social. Nessa perspectiva, a chave para a transformação do espaço deve estar aberta às demandas sociais e ter como objetivo os valores da igualdade e da diversidade.

Diante de toda sua assimetria de interpretações e linguagens, homens e mulheres se constroem socialmente e assim, os territórios se estabelecem, como o território da caça, da coleta, da amamentação, da procriação. Os homens aprenderam a ser mais fortes, buscarem no espaço de fora sua arena de expressão, enquanto que as mulheres aprenderam a se comunicar e a perceber o que está perto. Tendo a linguagem como instrumento, elas transmitem de geração em geração o aperfeiçoamento a partir das percepções, e assim, criam-se as regras do mundo, que são desconstruídas diante de novas necessidade e adaptações.

Pelo poder conferido aos homens é que se justifica que a história do mundo foi contada a partir de uma perspectiva masculina, o que revela que, nas disputas territoriais, as mulheres estão, historicamente, submetidas à determinação do poder patriarcal. Dessa forma, o desafio que se coloca para o século XXI é que essa disputa ou entendimento de território precisa de uma profunda revisão, e isso exige um aprofundamento na realidade contemporânea, considerando sua complexidade social, econômica e ambiental, além de toda a dicotomia entre as relações de classe, gênero e etnia. Assim, as raízes predominantes na sociedade, que se expressam no espaço da cidade, anunciam a necessidade de uma desconstrução dos processos de exclusão, visando novas alternativas e possibilidades de fomentar a igualdade, a diversidade, a participação e a sustentabilidade.

Uma alternativa é trazer para esse processo de desconstrução a perspectiva do pensamento feminista, como sugere Montaner (2012), uma vez que esse pensamento envolve uma visão de mundo que parte do valor da experiência pessoal, entendendo-se que todo pessoal é político. Assim, o resultado das relações pode ser a fonte de uma nova interpretação mais humanista do mundo, ao considerar as habilidades das mulheres em estar atentas com a realidade próxima e de apoiar as relações sociais, tendo resiliência e empatia, uma vez que a mulher se relaciona na perspectiva do outro. Porém, cabe perguntar: Como inserir a mulher no contexto de mudança, ter condições de falar, ser ouvida e compreendida? Essa é uma questão chave que se abriu a partir desse estudo.

Cabe aqui destacar o movimento de mulheres estabelecido em Blumenau, o que reforça o potencial e a disposição das mulheres em participarem das questões que foram levantadas ao longo do trabalho. Igualmente necessário apontar também a relevância de todos os coletivos de mulheres existentes na cidade e seu engajamento em diversas lutas acerca da vida das mesmas, mostrando, assim, que o movimento de mulheres de Blumenau está engajado em diversos temas da sociedade. Num primeiro momento, os objetivos do movimento podem parecer dispersos, uma vez que o movimento de mulheres não apresenta uma unidade de luta. Porém, a diversidade de temas afeta a

todas, assim como os problemas do mundo. Assim, pode-se concluir que o movimento de mulheres atua hoje de forma transversal e em rede, o que alguns autores caracterizam como uma revolução em curso.

A importância da expressão, da fala e da participação das mulheres no contexto da construção do território como caminho para uma nova relação de igualdade e de acesso aos direitos das mulheres, aponta a necessidade do aprofundamento em busca de alternativas para o fomento da participação dessas no contexto da construção da cidade. Desta forma faz-se necessário o aprimoramento dos processos de sensibilização, engajamento e fortalecimento dos movimentos sociais ancorados no conceito da participação cidadã.

Neste contexto, existe um universo a ser explorado, apoiado e estudado para o desenvolvimento de tecnologias e novas abordagens para fomentar a participação das mulheres no contexto da cidade e de suas demandas, no sentido de atualizar o papel da mulher diante da complexidade da sociedade contemporânea. Diante desse cenário, existe um caminho a ser iluminado para dar condições de a sociedade avançar no modo de se relacionar com igualdade e liberdade, trazendo uma nova perspectiva que valorize a experiência de todos e a diversidade.

Desta forma, ao considerar a pergunta inicial que motivou o início desta pesquisa, sobre a contribuição das mulheres para a construção da cidade contemporânea, é possível perceber, a partir dos estudos sobre a participação das mulheres ao longo da história de Blumenau, e, na pesquisa atual, sobre a percepção das mulheres sobre o seu direito à cidade, que a influência das mulheres no desenvolvimento da cidade se deu a partir de duas características marcantes: a pré-determinação ao trabalho e a disposição à solidariedade. Percebe-se que a condição ao trabalho e a solidariedade geraram uma rotina de vida que afastou as mulheres da arena política ao longo da história de Blumenau, e, com isso, pode-se dizer que a cidade se desenvolveu com a pouca participação direta das mulheres nas instâncias de decisão política.

Chama a atenção, nesse caso, que a maioria das mulheres entrevistadas acusou nunca ter percebido essa condição. Tal fato sinaliza a necessidade de continuar esse estudo sobre a condição das mulheres no processo de construção da cidade, uma vez que ficou claro que as demandas das mulheres não estão sendo atendidas.

O entendimento sobre essa questão amplia-se sobre o universo da cidade, apresentando-se como um caminho transversal para aplicação de políticas públicas que buscam atender a diversidade e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Tal fato demonstra que as demandas das mulheres no planejamento urbano não implicam fazer uma cidade especializada unicamente

para as mulheres, excluindo o lugar e a demanda dos outros cidadãos, mas, sim, afirmar uma perspectiva que representa uma nova abordagem de inclusão, do olhar, da opinião, da percepção e da contribuição das mulheres na construção da cidade contemporânea, trazendo assim uma nova dimensão ao desenvolvimento da cidade e da sociedade.

Diante deste contexto, a Carta das Mulheres para a Cidade de Blumenau reuniu e sintetizou a fala dessas mulheres que realizaram o exercício sugerido pela pesquisa, que, mesmo sendo uma exploração inicial, reflete um recorte da realidade e exprime a percepção dessas mulheres sobre seu direito à cidade. Uma vez ao elegerem como temas prioritários a necessidade de mais participação das mulheres no cenário político, segurança pública, mobilidade, rede de equipamentos públicos e habitação, trouxeram luz para esses temas, explorando todas as suas especificidades com o propósito de resolver as questões cotidianas que influenciam suas vidas como usuárias da cidade.

Assim cabe resgatar a fala de Muxi (2012), para quem o objetivo do projeto urbano com perspectiva de gênero é melhorar a condição de vida, assim não há problema ou necessidade que seja considerada menor que não deve ser atendida.

Diante desse pensamento, o conteúdo da Carta traz a urgência de se colocar na pauta da construção da cidade contemporânea as demandas relativas às atividades da reprodução, e com isso colocá-las em pé de igualdade como critério para tomada de decisões estratégicas para o desenvolvimento das cidades. Para ilustrar, cabe resgatar algumas questões sinalizadas na Carta, como a necessidade de rever a lógica de mobilidade da cidade, disponibilizando alternativas de rotas e horários para o transporte público para atender a demanda das pessoas que necessitam utilizar os equipamentos públicos ao longo do dia fora do fluxo produtivo, e, com isso, atender as necessidades dos estudantes, mulheres, crianças e idosos para que possam circular na cidade com mais segurança e acessibilidade. Além disso, há a necessidade de se criar projetos que garantam a qualidade e segurança dos espaços de relação, pois são nos trajetos entre os equipamentos da cidade que as atividades da vida cotidiana acontecem. Por essa razão, cabe solucionar a falta de banheiros públicos e bebedouro, a questão dos terrenos baldios, da falta de iluminação pública, acessibilidade e arborização das calçadas e ciclovias, bem como descentralizar a rede de equipamentos públicos e serviços para que os deslocamentos sejam mais curtos e os bairros tenham maior diversidade e vitalidade.

Outra questão chave que aparece na Carta é a situação atual em que vivem as mulheres chefes de família nos Condomínios Minha Casa Minha Vida. Os relatos revelam que por serem elas, em sua maioria, as responsáveis pelo sustento de suas famílias, as condições de desconexão

com o fluxo das atividades da cidade, a relação direta com a violência, falta de mobilidade e de opção para o lazer, reflete o que diz Muxi (2012), que não se resolve a questão da habitação apenas disponibilizando o espaço da casa, para isso é preciso integrar a rede de equipamentos da cidade, e, com isso, buscar condições para que a vida cotidiana aconteça. Hoje, nos dois condomínios estudados, os relatos apontam que esses espaços encontram-se desarticulados com a rede da cidade, e os equipamentos públicos, como creches e postos de saúde próximos, não atendem a demanda criada nesses espaços. Essa situação exige dessas mulheres cuidadoras uma sobrecarga ainda maior para solucionar suas rotinas de assistência as suas famílias, acumulando, assim, as tarefas da reprodução e da produção ao tempo perdido pela falta de acesso. Diante desse cenário, justificase o silêncio ocorrido nos primeiros momentos da atividade do World Café, quando eram abordadas para refletirem sobre seus direitos à cidade.

Assim, é possível concluir que a busca pelo exercício pleno da cidadania, tendo como aplicação real o cotidiano da vida das mulheres, pressupõe um caminho de feminilização dos conceitos de Planejamento e das práticas das Políticas Públicas, para que as mulheres possam alcançar o direito de circular com segurança, acessar todos os lugares que desejarem, dispor de equipamentos públicos que atendam as demandas oriundas das atividades com a reprodução, ter espaço para empreendedorismo e participação política e assim, ver diluídos os limites que determinam o vínculo da mulher com o espaço privado, ampliando sua condição de ser parte do espaço público e político da cidade. Uma vez que, com a criação de infraestruturas sociais de apoio às mulheres, atende-se também a família, isso significa avançar no entendimento do planejamento universal e mergulhar nas especificidades dos usuários da cidade. Assim, a provocação que se coloca é a urgência de revisar a dimensão do conceito de "cidadania e democracia", repensando a política "tradicional" universalista marcada pela exclusão dos pobres e pela discriminação sexual.

Referências

CIACOLETTO, Adriana. *Espacios para la vida cotidiana: auditoría de calidad urbana com perspectiva de género*. 2014. Disponível em: <http://issuu.com/punt6/docs/espaciosparalavidacotidiana>. Acesso em 02 fev. 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume, 2004.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. *Arquitetura e Política: Ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: GG, 2014.

MONTANER, Josep Maria. Gênero e visão del mundo. In: VALDIVIA, Blanca Gutiérrez; CIACOLETTO, Adriana. *Estudios urbanos, género y feminismo: Teoria e experiências*. Barcelona: Coletiu Punt 6, 2012.

MUXI, Zaida. Mujeres Públicas. In: VALDIVIA, Blanca Gutiérrez; CIACOLETTO, Adriana. *Estudios urbanos, género y feminismo: Teoria e experiências*. Barcelona: Coletiu Punt 6, 2012.

MUXI, Zaida; CASANOVAS, Roser; CIACOLETTO, Adriana. ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? In: MOZO, María Elia Gutiérrez. *La arquitectura y el urbanismo con perspectiva de género*. 17. ed. Universidad de Alicante: Revista del Centro de Estudios Sobre La Mujer, 2011. p. 105-130.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 16, 2008, Caxambu. São Paulo: Unicamp, 2008. p. 1 - 16.

WOMEN'S PLACES: THE PERCEPTION OF WOMEN ON THEIR RIGHT TO THE CITY

Abstract: This work is the result of the research carried out in the dissertation: "The participation of women in the construction of the contemporary city: contributions to a new model of urban planning in Blumenau / SC", in the Postgraduate Program in Regional Development PPGDR / FURB. It brings the reflection on the right of women to the city, against the gender inequality in relation to the access and use of urban infrastructure in Blumenau. The work was divided into three stages. The first one seeks to identify the perception of women as users of the city, aiming to raise the main demands and limitations faced in their daily lives. The second follows in the analysis of the statements of the participants and in the systematization of the demands to subsidize the discussion about the right to the city with the social movements of women in Blumenau. The third deals with the results obtained in the meetings with the women of the research, and how the same contributed to the women's movement in Blumenau. It was possible to point out the relevance of the gender issue to the elaboration of urban public policies, since it was verified that women use the city in a differentiated way. Thus, when thinking about the city from a women's point of view, it opens the way to the humanization of the urban planning process.

Keywords: Women, Gender planning, Right to the city.